



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 13, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 13 - EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. ESTUDOS DA LINGUAGEM.

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.13.27>

Recebido em: **15/08/2020**

Aprovado em: **18/08/2020**

LINGUAGEM LITERÁRIA, IDENTIDADES ÉTNICAS E LITERATURA: AS PRÁTICAS SUTIS E VIOLENTAS DE REJEIÇÃO SOCIAL ANTINEGRA EM DOIS CONTOS DA TRADIÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA; LITERARY LANGUAGE, ETHNIC IDENTITIES AND LITERATURE: THE SUBTLE AND VIOLENT PRACTICES OF ANTI-BLACK SOCIAL REJECTION IN TWO TALES OF THE BRAZILIAN ; LITERARY TRADITION LENGUAJE LITERARIO, IDENTIDADES ÉTNICAS Y LITERATURA: LAS PRÁCTICAS SÚTIL Y VIOLENTAS DEL RECHAZO SOCIAL ANTI NEGRO EN DOS CUENTOS DE LA TRADICIÓN LITERARIA BRASILEÑA

SARA ROGERIA SANTOS BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0001-7039-9529>

ANDRE LUIZ FERREIRA SANTANA

[0000-0002-7518-0443](https://orcid.org/0000-0002-7518-0443)

LUEBLER PEREIRA DE SANTANA

<https://orcid.org/0000-0003-0742-1513>

RESUMO:

Este artigo objetiva analisar, a partir da construção da linguagem nos contos Negrinha (1920), de Monteiro Lobato, e A menor mulher do mundo (1960), de Clarice Lispector, a presença de um discurso que aponta para nuances, e por vezes queloides, racistas na composição de suas personagens. Por se tratar de textos cujos autores têm significativa envergadura na literatura brasileira, torna-se fulcral pensar tais questões em prol de uma educação antirracista. Na feitura deste artigo, optou-se pelo método temático, próprio das análises da literatura comparada, e suporte teórico alicerçado nas contribuições dos estudos culturais, feminismo negro e literatura negra a exemplo de Cuti (2010), Foucault (2007), Silva (2014), hooks (2019), Ribeiro (2019).

Palavras-chave: Linguagem literária, Representações literárias étnicas, Literatura Brasileira, Ensino de literatura, Educação antirracista

RESUME:

This article aims to analyze, based on the construction of language in the short stories Negrinha (1920), by Monteiro Lobato, and The smallest woman in the world (1960), by Clarice Lispector, the presence of a discourse that points to nuances, and sometimes keloids, racists in the composition of their characters. As these are texts whose authors have a significant scope in Brazilian literature, it is crucial to think about these issues in favor of an anti-racist education. In the making of this article, the thematic method was chosen, proper to the comparative literature analyzes, and theoretical support based on the contributions of cultural studies, black feminism and black literature, like Cuti (2010), Foucault (2007), Silva (2014), hooks (2019), Ribeiro (2019).

Keywords: Literary language, Ethnic literary representations, Brazilian literature, Literature teaching, Anti-racist education

CURRÍCULUM:

Este artículo tiene como objetivo analizar, a partir de la construcción del lenguaje en las historias cortas Negrinha (1920), de Monteiro Lobato, y La mujer más pequeña del mundo (1960), de Clarice Lispector, la presencia de un discurso que apunta a los matices y, a veces a los queloides, racistas en la composición de sus personajes. Como se trata de textos cuyos autores tienen un alcance significativo en la literatura brasileña, es crucial pensar en estos temas a favor de una educación antirracista. En la elaboración de este artículo se eligió el método temático, propio de los análisis de la literatura comparada, y sustento teórico a partir de los aportes de los estudios culturales, el feminismo negro y la literatura negra, como Cuti (2010), Foucault (2007), Silva (2014), hooks (2019), Ribeiro (2019).

Palabras clave: lenguaje literario, Representaciones literarias étnicas, Literatura brasileña, Enseñanza de literatura, Educación antirracista.

INTRODUÇÃO

A literatura é poder, poder de convencimento, de alimentar o imaginário, fonte inspiradora do pensamento e da ação. (CUTI, 2010, p. 12)

O ser humano é o resultado de todas as fontes em que bebe, seja apenas um gole que passa despercebido pela garganta, seja uma gota que faz a taça transbordar. Essas várias possibilidades de acesso podem ser lidas como responsáveis pela variedade de discursos que nos atravessam e são reproduzidos em nossas linguagens. É nesse revelar linguístico que localizamos a linguagem literária e toda a gama poderosamente discursiva que ela encerra. A literatura, para falar como Cuti (2010), é capaz de convencer, alimentar e inspirar.

Ela, a literatura, que aqui se apresenta enquanto um conjunto de conhecimentos que faz parte da formação educacional, é um campo profícuo para o/a leitor/a se ver e ver os outros uma vez que temos contato, através dela, com representações sociais, culturais, étnicas, de classe e de gênero. Não se pretende, neste artigo, aprofundar as questões de gênero e classe, mesmo que, por vezes, saibamos serem indissociáveis, mas nos ateremos a como, nos dois contos elencados para a análise, as identidades étnicas são representadas e, nesse sentido, apresentadas com o peso de uma linguagem racista.

Pensar a representação é considerar as várias nuances que o ato de ler o outro é capaz de forjar. É reconhecer, primeiramente, a possibilidade de sua existência, ainda que determinada por um prisma limitado ou socialmente construído. O ato de representar, para Foucault (2007), deve ser pensando a partir das mudanças significativas na forma como o ser humano concebia a relação entre o que se via e como dizer isso.

Os dois contos objeto deste estudo nos trazem duas personagens etnicamente pretas, representadas a partir de discursos alinhados a um pensamento racista que enquadra os sujeitos em identidades pejorativamente construídas, estanques e circenses: era a menina preta, fusca de olhos assustados, de um lado, e, do outro, a menor mulher do mundo, escura como um macaco, que vivia trepada em árvores. Considerando-se as diferenças cronológicas, estilísticas e de linguagem, o interesse reside em saber como foram representadas as figuras femininas negras, sendo necessário, portanto, analisar a presença de estereótipos racistas e, depois, refletir como eles ainda sustentam conceitos alinhados à branquitude[1].

Ao fim e ao cabo, é legítimo pensar na presença dessa linguagem racista já que “a literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidades e, portanto, humanidade” (CUTI, 2010, p. 16). O que nos fala Cuti pode ser percebido nos contos de Lobato e Lispector, posto que são literatos considerados cânones pela crítica especializada na cultura literária nacional. Ambos são mestres do conto: Lobato é um contador de casos extraídos do interior do país, o Vale do Paraíba paulista, na época grande produtor de café; e Lispector compôs narrativas curtas centradas no espaço urbano e legou o caráter universal através da sondagem do intenso momento existencial de suas figuras femininas. Notadamente, ambos detêm o espaço privilegiado da fala, o “poder” de representar, como diz Foucault, e de convencer, como afirma Cuti.

Diante disso, vejamos como os contos se comportam quanto à representação étnica das personagens principais a partir de uma construção linguística que ora é sutil com o uso de palavras no diminutivo – bracinhos, negrinha, engraçadinho, gostinho – ora visceral no uso de adjetivos para qualificar a personagem como barata, peste, mosca, trapo, dentre outras. Sigamos para a análise estabelecida a partir da tematologia[2], campo de estudos da literatura comparada, e o método temático, procedimento metodológico de análise em que se busca a recorrência de temas e como eles são

discursivamente projetados.

O espelho de narciso não nos representa: como são essa criança e essa mulher negras no espelho?

Os contos aqui analisados estão eivados de discursos racistas no modo como as personagens secundárias enxergam as protagonistas e como os narradores a estas se referem. O título que nomeia o conto e a personagem de Lobato, Negrinha, refere-se ao fato de ser uma criança nascida na senzala, órfã de mãe e criada por dona Inácia, descendente da sociedade escravocrata, cristã e beata. Já Pequena Flor, de Lispector, é uma africana pigmeia, grávida, que trepa em árvores e que não tinha nome até recebê-lo do explorador.

A fim de aproximar os dois textos, sempre que possível, os aspectos percebidos em ambos serão apresentados simultaneamente. Quando isso não acontecer é porque foi notado em um e não no outro. Começemos pelas representações étnicas bem dicotômicas na composição das personagens: Negrinha é a representação da subalternidade, do sofrimento e da ignorância postas sobre sua condição de criança preta, órfã, olhos assustados, magra, “mulata fula”, atrofiada e que tinha apenas 7 anos de idade. A senhora Inácia é uma excelente senhora branca, gorda, dona do mundo com lugar certo na igreja e camarote no céu, identidades que apontam para moral e religiosidade, apesar de ser “mestra na arte de judiar de crianças” (LOBATO, 1920, s/n).

Na mesma toada, tais aspectos também podem ser vistos na construção das personagens centrais de A menor mulher do mundo. Pequena Flor é uma mulher negra de apenas 45 centímetros, calada, nariz chato, cara preta, pés espalmados, olhos fundos, parecia um cachorro, vivia no topo das árvores e estava grávida. Não tinha um esposo, como se espera de uma mulher boa, recatada e do lar. Ela tinha um concubino. Já o explorador europeu, Marcel Pretre, era caçador, homem do mundo, afortunado, casto, idealista, delicado e cortês (LISPECTOR, 1960, s/n).

Diante das representações acima expostas, e pensando em como a literatura presta o serviço de construir e difundir as identidades étnicas, não apenas as étnicas negras, convém pensar no que diz Arthur Ituassu na apresentação do livro de Stuart Hall, *Cultura e Representação* (apud Hall, 2016, p. 13), quanto ao ato de representar. Para ele, isso constitui “não somente a identidade, mas a própria qualidade existencial, ou a ‘realidade’, da comunidade política, sendo representada em seus valores, interesses, posicionamentos, prioridades, com seus membros (e não membros)”. Ele vai além e afirma que esse poder também contempla as regras e instituições de quem representa. Assim, “Nesse contexto, da ‘representação como política’, não ter voz ou não se ver representado pode significar nada menos que opressão existencial.”

As dicotomias citadas acima estão bem marcadas na configuração da criança-objeto, chamada de vários nomes menos um que pareça ser realmente o seu, predestinada à exclusão, e da boa senhora opulenta da sociedade. Não nominar é mais uma forma de castigar a personagem, de chamá-la por apelidos que a diminuíssem, animalizassem. Caso gostasse de algum, como aconteceu com bubônica, logo deixavam de chamá-la por ele. Não pensemos que o não direito a um nome é privilégio apenas de Negrinha. A menor mulher do mundo também não tinha nome. Pequena Flor. Assim foi chamada a personagem de Clarice pelo branco explorador. Já ele, um francês chamado Marcel Pretre.

Quando é encerrada teoricamente a escravização, muitos ex-escravizados buscam mudar seus sobrenomes, dados pelos senhores, e adotar nomes ligados às tradições africanas. Esse movimento, segundo Pina-Cabral e Viegas (2007, 13), a adoção de novos nomes significava a reivindicação de seus direitos, a começar pelo direito de se autonominar. Segundo os autores, ter nome é “a tessitura afetiva que subjaz ao reconhecimento identitário das pessoas humanas”. Negrinha não teve o direito legado pelo fim da escravidão, pelo contrário, mesmo tendo acabado tal nódoa na história, ela seguia sendo objeto das esquizofrenias racistas da herdeira da aristocracia cafeeira.

Pequena Flor não tinha nem nome, apesar de ser uma mulher madura. Segundo Pina e Viegas,

Quando chamam o nosso nome e nós respondemos, cada um de nós mostra que sabe diferenciar-se a si próprio face a qualquer outro ser humano. Ao mesmo tempo, esse nome liga-nos a muitas outras pessoas; ele insere cada um de nós numa rede complexa de pertenças sociais. Os nomes das pessoas, portanto, implicam dois tipos de alteridade: (i) a alteridade que podemos chamar de *anterior*: aquela que dá azo à pessoa humana pelo simples fato desta última ser constituída por relação a seres humanos já previamente constituídos; (ii) a alteridade social e culturalmente instituída que estabelece posicionamentos preestabelecidos para os diferentes agentes sociais (PINA-CABRAL; VIEGAS, 2007, p. 14)

A questão do nome é o primeiro elo entre as personagens de Lobato e Lispector. Recebemos um nome quando nascemos, podemos mudar no decorrer na vida, mas, sem ele, morremos como indigentes. Como, então, conceber a construção de personagens protagonistas num período pós-escravidão sem nome próprio? Negrinha não era o nome da criança. Ela foi assim chamada justamente por não ter um. Pequena Flor não era o nome da mulher congoleza grávida, ela foi assim chamada pelo explorador. Quantas personagens protagonistas brancas construídas pelos autores aqui elencados não têm nomes próprios?

Pensar essas questões iniciais em prol de uma literatura antirracista faz parte do conjunto de atitudes de que nos fala Ribeiro (2019, p. 21-22) quando afirma que “dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e implicações”. Ribeiro vai além e nos diz porque não devemos temer afirmar serem racistas aqueles a quem amamos ou admiramos – caso dos dois contistas – pois “o racismo está em nós e nas pessoas que amamos – mais grave é não reconhecer e não combater a opressão”.

Soa insignificante falar sobre a ausência de um nome próprio para uma criança e uma mulher negras, mas o nominar é algo muito significativo para os diaspóricos[3]. Convém salientar que a personagem de Clarice mora em África, precisamente no Congo, o que torna ainda pior o registro de um nome dado pelo explorador branco. Quando isso é apontado no texto, subtende-se que o explorador chega àquele lugar como portador da luz, da civilidade, da cultura da ordem em plena década de 60 do século passado. Marcel se sente tão imprescindível que coube a ele, “sentindo necessidade imediata de ordem, e dar nome ao que existe, apelidou-a de Pequena Flor. E, para conseguir classificá-la entre as realidades reconhecíveis, logo passou a colher dados a seu respeito”. (LISPECTOR, 1960, s/n). Era o descobridor, o Adão dando nome ao que ia sendo criado ou aparecendo na natureza. Era também Darwin e precisava estudar as espécies.

Logo voltaremos às dicotomias, mas urge, na caminhada, pensar em como essas representações foram assimiladas pelos/as leitores/as não brancos/as como algo comum, já que as representações não se diferenciavam muito. Há um espaço temporal de cerca de 40 anos entre os contos analisados e as significações seguem as mesmas: animalizar as personagens negras, reduzi-las às suas características como se fossem inferiores ou imorais, salientar sua sexualidade – esse aspecto está apenas em Pequena Flor, cujo registro da gravidez pareceu a Marcel algo extraordinário – limitá-las a um viver precário. hooks (2019, p. 69) salienta que

Como é comum nessa sociedade, eles acreditavam que pessoas não brancas têm mais experiência de vida, são mais mundanas, sensuais e sexuais porque são diferentes [...] a presença do Outro e o corpo do Outro eram vistos como algo existente para servir as finalidades do desejo do homem branco.

Negrinha, apesar dos seus poucos sete anos de idade, e Pequena Flor poderiam suportar o que lhes seria imposto, seus corpos aguentavam, nasceram para as agruras da vida. As duas mulheres

refletidas no espelho das identidades seguem suas trajetórias pelos contos e o que se vê não é o belo tão laureado no mito grego de Narciso. O reflexo está bem distante disso e quem os constrói aproveita cada termo para deixar ‘clara’ essa diferença. Os espaços ocupados por Negrinha na casa em que vivia eram os cantos escuros da cozinha, sobre trapos imundos e farrapos de esteira, ‘sempre escondida porque a patroa não gostava de crianças’ (LOBATO, 1920, s/n). Já Pequena Flor vivia entre mosquitos e em árvores mornas de umidade, entre folhas ricas do verde mais preguiçoso e que “nos trépidos humores silvestre, que arredondam cedo as frutas e lhes dão uma quase intolerável doçura ao paladar, ela estava grávida” (LISPECTOR, 1960, s/n).

Nota-se nessa apresentação dos espaços que esses corpos pretos ocupam certa reprodução daquilo que é visto nos contextos sociais brasileiros e imagéticos sobre África. hooks fala sobre como pessoas brancas representam, a partir de suas próprias crenças, medos, enquadramentos, as pessoas não brancas e, mais que isso, como acreditam que o poder de representar lhes pertence. Analisando os espaços ocupados pelas personagens, e levando em consideração que tais ocupações estão diretamente relacionadas às suas identidades, é possível afirmar que, de acordo com bell hooks, “a nostalgia imperialista toma forma na reencenação e na rerritualização, de diferentes modos, das jornadas imperialistas e colonizadoras como fantasias narrativas de poder e desejo, de sedução pelo outro” (hooks, 2019, p. 71).

Tanto Negrinha quanto Pequena Flor ocupam espaços, segundo a branquitude, predestinados para elas: a criança preta deve crescer nas cozinhas ou aos pés das senhoras, a mulher africana, primitiva como é, deve viver entre árvores, nas florestas, caçando como qualquer animal africano e, diante do explorador, deve ficar aos seus pés. São dois corpos femininos, pretos e pequenos. Afirmamos que tais construções identitárias são racistas, e que os locais que esses corpos pretos ocupam reforçam essa afirmação, porque ambos os textos podem ter seus enredos datados de um período pós-colonial e, no caso de Negrinha, pós-abolição também. É importante pontuar que os castigos a que aquela criança estava sujeita eram típicos do período escravista quando as torturas eram formas de controle do escravo insubmisso. O isolamento de Negrinha no canto da cozinha suja, em panos imundos, é uma versão reduzida da senzala repulsiva.

Dona Inácia dissimula sentimentos e sutilizas bem característicos da classe cristã escravista. Ela não reconhece em sua conduta um comportamento criminoso diante da lei e, tão criminoso ela é, já que toda forma de tortura e exploração do negro escravizado foram extintas teoricamente em 1888. Isso indica como a elite branca do Brasil foi paulatinamente criando o racismo à brasileira no qual ninguém branco se reconhece como racista, porém as práticas de exclusão, de discriminação e de violência remontam a noção de que o corpo do negro e da negra são compatíveis às noções de violência existentes no Brasil pré-1888.

Sabemos que Negrinha se passa no período pós-abolição porque há a marcação de uma pandemia – a peste bubônica que chega no Brasil em 1899 e perdura até 1907 – que ocorre depois de dez anos do início da abolição. Apesar disso, o texto se refere à mãe de Negrinha como escrava, e não ex, e à criança como nascida na senzala e seu choro era “choro de carne escrava (LOBATO, 1920, s/n). Em momento algum o narrador tensiona essas questões, pelo contrário, enaltece a figura de dona Inácia sempre que pode e coloca a menina como objeto capaz de suportar o descarrego das tensões da velha senhora boa, excelente pessoa, “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, (LOBATO, 1920, s/n). Nos trechos correspondentes à fala do narrador, ficam evidentes o gozo, o prazer pela aplicação de castigos físicos na pobre criança, cujo corpo, ainda segundo o narrador, e não a fala de umas das personagens, “a terra papou com indiferença uma carnezinha de terceira – uma miséria, quinze quilos mal pesados” (LOBATO, 1920, s/n).

Pensar o tempo cronológico é importante na análise dos dois textos. Se Negrinha traz uma configuração de relação escravista mesmo após 1888, A menor mulher do mundo apresenta um Congo primitivo, carente de um colonizador para lhe por ordem justamente no ano em que aquele país se livra da colonização francesa.[4] Em agosto de 1960 é selada a independência

congolesa. A chegada dos exploradores europeus no século XVI trouxe também o tráfico negreiro, o cerceamento de direitos, a exclusão e a exploração.

Os bantos, apresentados no conto como selvagens comedores de pigmeus, tinham uma sociedade muito bem estruturada, praticavam a estratificação vegetal e mineral, eram caçadores e guerreiros. Limitados à condição de canibal, todo o resto de sua cultura foi apagada do texto. O que é resta é a construção imagética de um povo violento, selvagem e mal. Não fica diferente para os pigmeus. Historicamente, sua moradia não era em árvores, mas em pequenas casas de madeira, viviam da caça, da pesca, do cultivo de milho e da produção de álcool. Parece difícil ter alguém adulto sem nome nessa sociedade.

Se temos relações construídas entre as pessoas negras e brancas, temos aproximações entre as personagens negras. Uma delas é, e quicá a mais significativa, é o direito à escuta. Inicialmente pensamos em dizer direito à voz, mas isso elas tinham, elas foram privadas da escuta. Nossas personagens não são, portanto, falantes. Poucos ou nenhum são os registros de uma interlocução de Negrinha ou Pequena Flor. A criança não fala muito, conhece poucas palavras, é abobada. A mulher também conhece poucas palavras, comunica-se por gestos e sons animais. Para Fanon (2008) a linguagem é fundamental na relação com o outro, na construção do homem preto dentro da sociedade de supremacia branca. De acordo com ele, “este é um problema terrível em nossa vida. Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. (FANON, 2008, p. 33).

Nesse sentido, no plano simbólico da linguagem, não existe realmente uma criança, era uma coisa, algo que só se personificava quando a senhora cristã saudosa da escravidão queria desopilar o estresse do dia desferidos cascudos, beliscões e croques na pequena órfã. Apesar do conto afirmar que dona Inácia seria mestra em judiar crianças, a chegada das sobrinhas invalida esse argumento pois elas não sofrem por parte da tia nenhum tipo de assédio moral ou físico. Negrinha representa uma ancestralidade secular objetificada, reificada ao longo de séculos de escravidão, destituída de infância e humanidade. Dona Inácia sentia prazer em tornar viva na memória o que o racismo é capaz de fazer.

Para os leitores burgueses de Lobato, os xingamentos e castigos não eram estigmatizados, pelo contrário, resultavam em tom jocoso, um misto de malícia e humor debochado que divertia e animava seu público, na maioria descendentes da elite agrária senhorial brasileira. No entanto, sob o ponto de vista da branquidade, a linguagem garantia a subserviência da raça, a condição efetiva de subalternidade:

Que ideia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo – não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam. Tempo houve em que foi bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim – por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida – nem esse de personalizar a peste. (LOBATO, 1920, s/n)

A semântica dos termos se associam às patologias (pestinha, bubônica), ao maldito religioso (diabo, bruxa, coisa-ruim), à reificação (trapo, lixo, sujeira) e à zoomorfização (coruja, barata descascada, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, cachorrinha). Supostamente, sofre-se por ser uma menina, uma criança, não por ser negra. O nome Negrinha vai muito além à referência de sua estatura infantil ou sua condição pueril. O diminutivo reforça sua inferioridade e os termos usados para caracterizar seu tom de pele “Preta?. Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados” (LOBATO, 1920, s/n) reforçam sua tragédia pessoal, afinal, além de órfã é intensamente preta. Esse discurso aponta para a condição de supremacia branca e corrobora para a ideia de branquitude no

Brasil.

A forma como a presença de Pequena Flor também é estranhada não foge muito ao que acontece com Negrinha. Marcel Pretre tira um retrato da congoleza e envia para os jornais. Assim é reportado no conto este momento com singular atenção para a representação da mulher:

A fotografia de Pequena Flor foi publicada no suplemento colorido dos jornais de domingo, onde coube em tamanho natural. Enrolada num pano, com a barriga em estado adiantado. O nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro. Nesse domingo, num apartamento, uma mulher, ao olhar no jornal aberto o retrato de Pequena Flor, não quis olhar uma segunda vez “porque me dá aflição”. Em outro apartamento uma senhora teve tal perversa ternura pela pequenez da mulher africana que – sendo tão melhor prevenir que remediar – jamais se deveria deixar Pequena Flor sozinha com a ternura da senhora. Quem sabe a que escuridão de amor pode chegar o carinho. A senhora passou um dia perturbada, dir-se-ia tomada pela saudade. Aliás era primavera, uma bondade perigosa estava no ar. (LISPECTOR, 1960, s/n).

A sequência de estranheza frente à figura de pequena Flor não para por aí. A segunda leitora apresentada no conto é uma menina de cinco que ouviu a notícia e criou uma empatia por ser também a menor da casa, no entanto, depois que cresce, ela chega à conclusão que “a desgraça não tem limites”. A terceira é uma noiva que viu tristeza na foto da africana, a mãe da noiva rebate com orgulho que não era tristeza de gente “era de bicho”. O quarto é um menino esperto que tem como companhia a mãe. O garoto sugere colocar a africana no quarto do irmão para assustá-lo e, depois do susto, fazer ela de brinquedo, de coisa. A mãe ouve o filho e deflagra digressões interiores e “Considerou a malignidade de nosso desejo de ser feliz. Considerou a ferocidade com que queremos brincar. E o número de vezes em que mataremos por amor. Então olhou para o filho esperto como se olhasse para um perigoso estranho. (LISPECTOR, 1960, s/n).

É interessante notar que o não reconhecimento do outro como seu semelhante foi o mote para a escravização, para a aplicação de um discurso de poder de uma etnia sobre a outra e para que o chicote permanecesse riste e o chão fosse lavado pelo sangue vermelho de negros e índios. Corpos não passíveis de representação, e por isso os lemos a partir de suas ausências textuais, e não passíveis de luto, e por isso chorados na resistência das construções discursivas na modernidade. Inácia e Marcel, apesar de atribuírem a Negrinha e Pequena Flor substantivos humanos – criança e mulher – não as via como humanas.

No que pese essa análise, Foucault apresenta o próprio termo representação para pensar este momento. E mais, ele atrela a representação ao saber, ao conhecimento, à palavra, à linguagem, à literatura. Representar agora não podia ser pensada apenas como olhar uma tela, mas como uma construção discursiva capaz de dizer as palavras e fazer as coisas. Para ele, “a relação da linguagem com o tempo se inverte: este não deposita mais as falas por etapas na história do mundo; são as linguagens que desenrolam as representações e as palavras segundo uma sucessão cuja lei elas mesmas definem” (FOUCAULT, 2007, p. 124). Historicamente, o Brasil não foi espaço de escuta para as vozes das populações não brancas. A literatura foi um dos campos mais profícuos para esses silenciamentos, para esses apagamentos, mesmo que as personagens negras estivessem ali, caladas, subalternizadas, desumanizadas.

Por fim, tanto Lobato quanto Clarice humanizam, sensibilizam, doiram com afetividade suas personagens brancas. Dona Inácia, em uma fração de tempo, apieda-se de Negrinha e soube ser mulher pela primeira vez ao permitir que a pequena brincasse com as crianças da família que acabaram de chegar. A aproximação do natal faz isso aos corações piedosos. Já com as mulheres francesas inquietas, perturbadas com a imagem de Pequena Flor, é a aproximação da primavera que

gera sentimentos afetuosos.

Em ambos os casos, a ligeira empatia é sazonal, rápida e seletiva. O Outro, o diferente, o negro segue sendo estranho aos olhos dos brancos, dos exploradores, dos autodefinidos civilizados. Os contos trazem relações notadamente maniqueístas em que o negro é bobo, ingrato, selvagem, mal, e o branco é bom, cristão, civilizado, generoso. Assim Fanon nos ilustra essa dicotomia:

Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente, quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou voltar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro (FANON, 2008, p.160)

Os contos são encerrados apresentando as personagens em seus momentos mais humanizados: a menina órfã vai aos poucos sendo deixada pelo folego da vida, tomada por uma tristeza que cresce quanto mais se afastam os dias em que pode ser criança e brincar como tal com as sobrinhas da dona Inácia. “Morreu na esteirinha rota, abandonada de todos, como um gato sem dono. Ninguém, entretanto, morreu jamais com maior beleza” (LOBATO, 1920, s/n). Já Pequena Flor diz, em suas poucas palavras, mas compreendida pela competência linguística que só os exploradores têm, disse que felicidade era ter uma casa no topo das árvores, era possuir. A congoleza pigmeia “estava rindo, quente, quente, estava gozando a vida. [...] Era um riso como somente quem não fala, ri. Esse riso, o explorador constrangido não conseguiu classificar”. (LISPECTOR, 1960, s/n).

Breves considerações

Pensar em literatura, linguagem e racismo é lançar sobre tais textos um olhar reflexivo e pautado numa educação que combata representações racistas, ainda que, como no caso de Clarice Lispector, não haja discussões anteriores sobre suas obras terem algum viés racializado negativamente. O que não se pode dizer de Lobato, cuja obra, ou parte considerável dela, é objeto de análise de intelectuais preocupados com seus textos e sua declaradamente posição eugenista.

Recentemente, a técnica em assuntos educacionais do Departamento de Letras da Universidade Federal de Sergipe, professora Maria Roseneide Santana dos Santos, publicou um artigo sobre o caráter eugenista do escritor[5] e as discussões travadas no Conselho Nacional de Educação sobre o tema. Apresentar essa questão não é começar uma caça às bruxas, é reconhecer que nossa literatura, que não foi pensada para o consumo de todos, mas das pálidas leitoras, carrega marcas não de seu tempo, mas das escolhas de seus autores, dos discursos que encerraram nas linhas ou entre elas.

A linguagem literária possibilita construir representações étnicas e torna o ato não apenas um fazer ideológico, mas, sobretudo, um fazer coletivo, capaz de estabelecer, agora sim, semelhanças entre os distantes a ponto de haver identificação com um passado não compartilhado, mas coletivamente construído, inventado. Essa é uma postura proativa por uma educação antirracista e uma linguagem igualmente livre de racismo.

A história do racismo não é recente nem nasceu no Brasil, no entanto, a escravidão do negro engendrou mecanismos de violências e de negação étnica que podem ser chamados de branqueamento ou branquitude. No século XIX, as correntes científicas sustentadas no empirismo positivista, as especulações teóricas afirmavam existir na natureza uma relação hierárquica entre as raças: a raça branca seria superior, os amarelos ou mongóis seguem como intermediários e a raça negra seria a mais inferior e deveria se submeter à superior.

Os contos Negrinha, de Lobato, e A menor mulher do mundo, de Clarice Lispector, estão eivados desses discursos ao longo das duas narrativas literárias, tanto no modo como as personagens secundárias enxergam suas protagonistas, quanto na representação de mundo filtrado pelo olhar das

protagonistas. O conto de Clarice oferece a perspectiva do racismo disfarçado em sentimentalismo piegas e hipócrita. A escritora entende que a mentalidade pragmática e senhorial do Brasil não progrediu, nos longínquos idos de 1960. Clarice põe às avessas o romantismo sentimental da elite e revela uma estrutura mental pragmática, ou seja, a negra pigmeia me interessa pelo utilitarismo de seu corpo: fazeres domésticos e diversão. Desse modo, depois de mais de meio século depois da libertação dos escravos, a classe média brasileira tratava sutilmente o negro dentro dos parâmetros do final do século XX.

Urge, diante disso, fincar posicionamentos favoráveis a uma educação antirracista e a literatura, enquanto arte e disciplina, pode sim ser pensada na luta por uma narrativa plural, distante da história única de invisibiliza negros e índios. Ademais, a menina negra não se identifica com sua cor, não tem ancestralidade. Não entende ainda os ideais da branquitude, mas já é vítima dele e, como se dá na realidade, não se reconhecendo nas bonecas que via, achava-as lindas, perfeitas. Esse ideal transcendental responde à alienação da própria identidade de tantas outras crianças impossibilitadas de se ver representada nas imagens midiáticas brancas, do padrão das identidades brancas que permeia a indústria cultural.

Monteiro Lobato e Clarice Lispector apresentam diferentes níveis de violência e discriminação. O primeiro documentou a herança violenta e tortura física aplicada aos negros escravizados por séculos. A segunda, expõe a problemática da alteridade e, desse modo, sem perder de vista o universal que permeia toda sua obra, traz à tona os constructos mentais aliados à imagem na mulher preta.

Nessa tessitura, essa história pode ser modificada em nossas escolas, uma vez que elas são instituições fundamentais para a nossa vida. Elas devem reconhecer que o racismo estrutural é bastante corriqueiro em tal espaço, e planejar um trabalho pedagógico aliado à literatura antirracista e, além disso, trabalhar a cultura indígena de uma forma a qual não fique apenas em fantasiar os alunos de índios. Isso pode ser feito a partir de textos literários os quais os personagens negros e índios não fiquem como plano de fundo da branquitude, assim, os discentes poderão enxergar-se neles.

REFERÊNCIAS

CUTI, Luiz Silva. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo negro, 2010

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

Hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

LISPECTOR, Clarice. **A menor mulher do mundo (1960)**. Disponível em . Acessado em 05 de julho de 2020.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha (1920)**. Disponível em . Acessado em 05 de julho de 2020.

PINA-CABRAL, João; VIEGAS, Susana. (2007), “**Nomes e Ética: Uma Introdução ao Debate**”, in J. Pina-Cabral; S. Viegas (orgs.), *Nomes: Gênero, Etnicidade e Família*. Coimbra, Almedina, pp.13-36.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

[1] Branquitude é, segundo Ruth Frankenberg, “é como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo”. (FRANKENBERG, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90).

[2] Tanto a tematologia quanto o método temático estão apoiados nos estudos comparatistas da literatura comparada. Os pesquisadores que discorrem sobre esses procedimentos são Brunel (1983), Carvalhal (2007) Schmeling (1984). Para eles, que à tematologia unem-se o método histórico, a estética da recepção, análise de discurso e outros a fim de “explicitar teoricamente suas tarefas e, ao fazê-lo, mostra-se aberta para a variedade de formas e de suas maneiras de compreensão” (SCHMELING, 1984, p. 30).

[3] Diaspóricos são pessoas retiradas de seus países de origem, sobretudo aqueles do continente africano, e levados como escravizados para Europa e América. Em diáspora, africanos e africanas perderam seus nomes e receberam aqueles dados pelos escravistas. Os nomes carregam uma história familiar. Retira-los ou os mudar é tentar apagar essa história.

[4] Informações foram encontradas na página do Museu Nacional disponível em <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/etnologia/os-povos-da-africa-equatorial.html>

[5] PROLER/DLEV/UFS – Técnica em Assuntos Educacionais (desde 25.10.1994). Membro do Colegiado do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – CNPC/MinC (2012-2017). Mestre em Linguística (UFSCar -2009) – Dissertação: Os discursos da Leitura em documentos oficiais. Texto publicado no Jornal da Cidade (Aracaju), p. A-4, em 25.07.2020: Dia da Mulher Negra e Caribenha, homenagem à Tereza de Benguela

[*] Graduada em Letras Vernáculas - UFS, Mestre em Educação com ênfase na História do Ensino de Línguas no Brasil – UFS, doutorada em Literatura e Cultura – UFBA, professora e coordenadora do curso de Letras Português da Faculdade São Luís de França (FSLF). E-mail: sararogeria@gmail.com

[**] Acadêmico de Letras da Faculdade São Luís de França (FSLF) e professor da rede básica de ensino particular em Aracaju. E-mail: anjoerei@gmail.com

[***] Pós-graduando em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade São Luís de França (FSLF). Licenciado em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: luebler@live.com